

10º CONGREJUFE

– Plano de Lutas

Propostas do Coletivo Democracia e Luta para o X Congresso da Fenajufe

Situação da Proposição: APROVADO

TEXTO:

Propostas do Coletivo Democracia e Luta para o X Congresso da Fenajufe

1. Lutas gerais:
2. Fortalecer a unidade das forças populares e democráticas, junto com as Centrais Sindicais, as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo e o campo partidário de esquerda e progressista a aglutinarem forças e impulsionarem o processo de mobilização da resistência, com prioridade nas ações de massa!
3. Engajamento e ampliação de iniciativas contra a retirada de direitos, organizando com as Centrais Sindicais as mobilizações rumo à Greve Geral em Defesa da Previdência e dos Direitos. Derrotar a Reforma da Previdência! Não à PEC 06/19 e revogação da EC 95/17!
4. Defesa intransigente dos direitos da categoria, da Justiça do Trabalho e do MPT! Pela revogação da reforma trabalhista – Lei 13.467/18 – e pela revogação da terceirização ilimitada – Lei 13.429/17!
5. Contra o desmonte dos serviços públicos e privatizações!
6. Luta contra a terceirização e precarização do trabalho!
7. Apoiar e reforçar a luta liderada pelos professores contra o cerceamento da liberdade de expressão previsto no Projeto de Lei “Escola Sem Partido”, que na verdade propõe a “Escola com Mordaça”. Defesa da educação pública e do SUS!
8. Em defesa da democracia e dos direitos! Apoiar a Campanha Lula Livre, como luta pelo Estado Democrático de Direito e a defesa da democracia!
9. Fortalecer a comunicação sindical, com maior investimento em tecnologia da comunicação, explorando os recursos disponíveis nas redes sociais com o objetivo de promover formação e interatividade da base, bem como o acesso as informações!
10. Participar e promover a defesa dos movimentos sociais a partir de cooperação, apoio político e disponibilização da assessoria jurídica da Fenajufe quando necessário!
11. Reforçar a campanha em defesa do serviço público de qualidade e dos

10º CONGREJUFE

servidores e servidoras ameaçados de demissão para serem substituídos por terceirizados, com salários menores e piores condições de trabalho!

12. Punição aos assassinos e mandantes! Justiça para Marielle Franco!

13. Pela reforma e democratização do Poder Judiciário e do Ministério Público, incluindo a participação de servidores nos Conselhos!

14. Pela retirada imediata do PLS 116 e 248! Em defesa da estabilidade do servidor público! Em defesa do direito de greve!

15. Luta pelo arquivamento/devolução da MP 873/19, que tenta acabar com o movimento sindical! Revogação do Decreto 9.735/2019, que inviabiliza o desconto em folha para as entidades sindicais do Executivo Federal. Pela livre organização e Autonomia sindical da Classe Trabalhadora!

16. Pelo fortalecimento de campanhas e projetos de enfrentamento à violência contra a mulher! Pela garantia da proteção à Criança e ao Adolescente e contra a redução da maioridade penal!

17. Pelo fim de toda forma de preconceito (gênero, raça e cor, orientação sexual, credo, idade e deficiência)! Pela adoção da política de cotas para ingresso no serviço público! Pelo respeito à laicidade do Estado e a consequente separação entre estado e religião!

18. Em defesa da soberania e autodeterminação dos povos! Contra as sanções econômicas e ameaças de intervenção militar do governo americano na Venezuela ou em qualquer outro país!

19. Pauta específica

20. Por uma política salarial que recomponha os salários anualmente e garanta ganhos reais!

21. Não às carreiras exclusivas para os tribunais superiores!

22. Defesa da recomposição do quadro de servidores, com o provimento imediato das vagas oriundas de aposentadorias! Não à extinção de estruturas, como aconteceu recentemente com cartórios eleitorais, e/ou desestruturação de áreas administrativas da JF e JT de alguns estados, medidas que prejudicam o funcionamento qualificado dos órgãos do PJU e MPU!

23. Não às mudanças que retiram direitos, funções e desqualificam o funcionamento dos órgãos, como a criação de supersecretarias em debate em setores da Justiça Federal, do MPU e de outras justiças. Qualquer alteração de estrutura nos órgãos deve passar, obrigatoriamente, por estudo com a participação dos servidores e sindicatos, incluindo a realização de audiências públicas!

24. Defesa da jornada para 6 horas diárias e 30 horas semanais, sem redução

10º CONGREJUFE

salarial! Diminuição da intensificação do trabalho por meio da diminuição da carga e da jornada de trabalho e da instituição de pausas no trabalho, como estabelecido na NR17!

25. Garantia de pagamento dos 13,23% para todos os servidores do PJU e do MPU!

26. Pela manutenção do pagamento dos quintos!

27. Combate às metas abusivas! Contra qualquer política de gratificação de desempenho!

28. Paridade entre ativos e aposentados!

29. Luta pela aprovação da PEC 555!

30. Pela regulamentação da aposentadoria especial dos servidores com deficiência e daqueles que executam atividades insalubres, perigosas ou de risco, como as relacionadas às áreas de execução de mandados, segurança judiciária/MPU, áreas médicas e odontológicas, entre outras!

31. Pelo direito à aposentadoria a todos os servidores, com a crítica firme ao regime de previdência complementar, mas, em paralelo, a fiscalização permanente e firme do fundo para garantir, em especial, os direitos dos novos servidores, incluindo a possibilidade de contratação de assessoria nesse tema para que a categoria se aproprie desse assunto e esteja preparada para enfrentar todos os debates relacionados ao regime previdenciário!

32. Pela aprovação da PEC 407, que trata do chamado Princípio da Confiança, que tem, em seu ordenamento jurídico, a garantia constitucional de proteção e de segurança jurídica. A implementação do Princípio da Confiança em matéria Previdenciária tem como finalidade assegurar tranquilidade e previsibilidade jurídica aos contribuintes, aposentados e futuros aposentados brasileiros. A proposição é resultante da constatação de que o governo altera, corriqueiramente, as regras do jogo de maneira unilateral, sem respeitar as normas que ele mesmo criou.

33. Garantia da GAS na aposentadoria!

34. Garantia de nível Superior para ingresso nas carreiras de Técnico Judiciário e Técnico do MPU!

35. Contra o auxílio-moradia à magistratura e o projeto de privilégios em debate da nova Loman!

36. Defesa da unificação dos auxílios-alimentação, pré-escolar e de assistência médica, com recomposição inflacionária!

37. Pelo fortalecimento dos planos de saúde de gestão própria! Pela participação paritária dos servidores nos conselhos dos planos de saúde!

10º CONGREJUFE

Defesa do pagamento integral dos planos de saúde pelos tribunais e MPU!

38. Combate e vedação de todas as formas de terceirização no PJU e no MPU. Pela ocupação exclusiva para servidores do quadro efetivo do PJU e MPU em funções comissionadas e cargos em comissão. Reformulação da política de provimento dos cargos em comissão (CJs/CCs) e das funções comissionadas (FCs), tanto em relação à atual estrutura e contingente, quanto à formulação de critérios objetivos de acesso e dispensa do seu exercício.

39. Pela constituição do Fórum Nacional de Combate ao Assédio Moral! Pela realização de campanhas contra assédio moral e sexual em todo Judiciário e MPU. Cobrar que as administrações dos órgãos assumam o firme compromisso de combate ao assédio moral no trabalho!

40. Pela garantia de acessibilidade plena às pessoas com deficiência nos prédios dos órgãos do Judiciário e MPU, nos sistemas de trabalho e nos canais de consulta pública, como também, nos termos do Art. 13 da Convenção de Nova York (ONU) e do Art. 79, § 1, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, para a capacitação de servidores, magistrados e procuradores para atenderem às demandas específicas daquele grupo social.!

41. Suspensão do desconto do auxílio-alimentação nos casos de licença médica superior a 730 dias para tratar da própria saúde!

42. Preenchimento obrigatório da CAT em caso de acidentes do trabalho!

43. Luta para que os órgãos garantam condições ambientais e ergonômicas para todos(as) servidores (as) que estão em teletrabalho!

44. Reivindicar e lutar junto aos órgãos para que promovam e fiscalizem a manutenção das condições ambientais, ergonômicas, físicas e mentais dos servidores e das servidoras em teletrabalho, por meio de exames periódicos custeados pelas administrações e que monitorem os impactos do teletrabalho em sua saúde!

45. Reivindicar junto aos órgãos que pratiquem a alternância periódica entre o expediente no local de trabalho e o expediente no teletrabalho para que o(a) servidor(a) não perca os vínculos com seus pares!

46. Lutar pela implantação de uma Política Nacional de Prevenção à Saúde dos Servidores do PJU e do MPU, bem como se capacitar para a disputa de modelo!

47. Implantar e fortalecer o Observatório Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Servidores do PJU e MPU, construindo ações conjuntas com os seus sindicatos filiados, com a FENAJUD e os sindicatos filiados da sua base, para tomar medidas nacionalmente articuladas de construção de políticas de prevenção à Saúde do Trabalhador(a)!

48. Que a Fenajufe construa política de formação continuada de dirigentes de

10º CONGREJUFE

seus sindicatos de base através do Observatório Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Servidores do PJU e MPU para a disputa de modelo de gestão do CNJ e CNMP e desdobrados nos modelos locais, sobretudo capacitando sobre a relação dos modelos de gestão no adoecimento físico e mental, violências no trabalho, em especial assédio moral e sexual e os impactos dos processos eletrônicos, inteligência artificial, teletrabalho na saúde de nossa categoria!

49. Que a Fenajufe dê ampla divulgação aos resultados da Pesquisa Nacional de Saúde e se empenhe na discussão de seus resultados juntos aos Conselhos Nacionais, TSE e STF. Além disso, que a Fenajufe apoie seus sindicatos de base na divulgação dos resultados para as bases nos estados!

50. Elaborar, discutir e propor pautas e propostas através do Observatório Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Servidores do PJU e MPU para os Comitê de Atenção Integral à Saúde dos Servidores(as), de Teletrabalho, de Gestão de Pessoas, que visem uma ação integrada de proteção às condições de trabalho e de prevenção à Saúde da categoria! Também que a Fenajufe apoie seus sindicatos de base na apresentação de propostas aos comitês locais que versam sobre esses temas!

51. Cobrar a instalação dos comitês onde ainda não existirem e a participação da representação das entidades sindicais como previsto nas resoluções que versam sobre a instalação dos comitês!

52. Orientar os sindicatos a participarem do Observatório Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Servidores e das Servidoras do Judiciário PJU e do MPU e base da Fenajud!

53. Que a Fenajufe, em parceria com a Fenajud, crie o Fórum Nacional de Combate ao Assédio Moral e Sexual no Poder Judiciário e Ministério Público!

Coletivo Democracia e Luta (CUT, CTB e independentes)

Mara Rejane Weber – Fenajufe – JT/RS

Marcelo Carlini – JF/RS

Zé Oliveira TRF4/RS

Sérgio Amorim JT/RS

Ana Paula Cusinato MPU/DF

Jaqueline Silva de Albuquerque – JT/PE

Fernanda Lauria – Sisejufe/RJ – JE/RJ

Gabriel Albuquerque Filho – JF/PE

Lucena Pacheco Martins – TRF 2

Soraia Garcia Marca – TRF 2

Ricardo Quiroga – TRT 1

Ronaldo de Almeida das Virgens – TRF 2

Neli da Costa Rosa – TRF 2

Luís Amauri Pinheiro – TRT 1

Fernanda Lauria – TRE/RJ

Ricardo Valverde – TRF 2

Valter Nogueira Alves – TRF 2

10º CONGREJUFE

Lucas Ferreira Costa – TRE/RJ
Ricardo de Azevedo Soares – JF/RJ
Anny Rodrigues Figueiredo – TRT 1

Ana Paula Barbosa Cusinato e outro(a)s

ENDOSSOS

Zé Oliveira
Sérgio Amorim
Marcelo Carlini
Mara Rejane Weber
Ana Paula Barbosa Cusinato